



Pastificio Selm S.A.

CNPJ: 46.025.722/0001-00

Relatório da Diretoria - Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2011 (Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, auditadas pela PricewaterhouseCoopers, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Sumaré, 25 de abril de 2012

A Diretoria

Balanços Patrimoniais		2011	2010
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)		5.460	2.211
Contas a receber de clientes (Nota 8)		69.885	59.771
Estoques (Nota 9)		43.521	44.105
Partes relacionadas (Nota 21)		14.689	24.302
Tributos a recuperar		10.769	2.627
Outros ativos		707	709
		145.031	133.725
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais não vinculados		2.219	2.717
Tributos a recuperar		4.735	4.779
Partes relacionadas (Nota 21)		16.802	-
Investimentos		23.756	7.496
Imobilizado (Nota 10)		193.055	167.411
		216.811	175.107
Total do ativo		361.842	308.832

Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido

Reservas de lucros	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Legal	especial		
Em 1º de janeiro de 2010				
Distrib. de lucros de exerc. anter. (R\$ 7,03 por ação)				
Realização do custo atribuído, liq. do efeito tributário				
Lucro líquido do exercício				
Destinação do lucro:				
Reserva legal				
Divid. pagos antecipadamente (R\$ 1,30 por ação)				
Constituição de reserva especial de lucros				
Em 31 de dezembro de 2010				
Em 1º de janeiro de 2011				
Distrib. de lucros de exerc. anter. (R\$ 2,45 por ação)				
Realização do custo atribuído, liq. do efeito tributário				
Lucro líquido do exercício				
Destinação do lucro:				
Reserva legal				
Divid. pagos antecipadamente (R\$ 12,21 por ação)				
Juros sobre capital próprio (R\$ 4,67 por ação)				
Constituição de reserva especial de lucros				
Em 31 de dezembro de 2011				

Em 2011 e 2010 não há outros componentes do resultado abrangente além do lucro líquido do exercício, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado abrangente.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1 Informações gerais

O Pastificio Selm S.A. (a "Companhia") tem como atividades preponderantes a industrialização e a comercialização de produtos alimentícios, destacadamente massas e outros derivados de trigo. Possui instalações industriais nas cidades de Londrina - PR e Sumaré - SP, sendo essa última também a sede da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 25 de abril de 2012.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e equipamentos e veículos na data de transição para os CPCs. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Consolidação:** A Companhia não apresenta suas demonstrações financeiras de forma consolidada, tendo em vista que os valores de sua controlada não foram considerados relevantes no contexto dessas demonstrações financeiras.

(b) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **2.2 Conversão de moeda estrangeira:** **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do "Empreendimento e financiamentos", no passivo circulante. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** A totalidade dos ativos financeiros da Companhia refere-se a empréstimos e recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 7), "Contas a receber de clientes" (Nota 8), "Partes relacionadas" (Nota 21) e "Outros ativos financeiros" (Nota 21). **2.4.2 Avaliação:** As contas a receber de clientes e partes relacionadas são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo líquido (excluindo os prejuízos de crédito futuro) ou realizar o passivo líquido (incluindo os ganhos de crédito futuro) em moeda funcional da Companhia. A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro) ou o valor presente (descontado à taxa de juros de valor original dos ativos financeiros). O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. O teste para verificação de impairment das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.5. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda e revenda de mercadorias no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor original da venda menos a provisão para devedores duvidosos ("DPP" - impairment). Na prática, isso normalmente resulta depreciação do valor faturado ajustado pela provisão para impairment, se necessária. A administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente, uma vez que, com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo e as operações passivas em condições similares, considera como irrelevante o valor de tais ajustes. **2.6 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos com matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão dos produtos e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para obsolescência é contabilizada levando-se em conta parâmetros pré-definidos que consideram o prazo de permanência dos itens em estoque. As informações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.7 Depósitos judiciais:** Os depósitos são mantidos pelo seu valor original e, quando aplicável, apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. **2.8 Imobilizado:** Terrenos e edificações e benfeitorias compreendem principalmente as fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, como mencionado na nota explicativa 2.1. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos e obras em andamento não são depreciadas. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos	2011	2010
Edificações e benfeitorias	25-46	25-46
Máquinas e equipamentos	10-21	10-21
Veículos	5-20	5-20
Móveis e utensílios	10-19	10-19

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.9 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação a futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão substancialmente relacionadas com as provisões para contingências e vida útil dos ativos imobilizados, conforme mencionado nas notas explicativas 12 e 21.

4 Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de diversos moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos em operações no exterior. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólar dos Estados Unidos e euro nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessas datas:

	2011	2010
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 8)	6.115	6.892
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	15.577	18.017
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	10.184	4.256
	25.761	22.273

(ii) Risco com taxas de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. **(b) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a

Demonstrações do Resultado		2011	2010
Operações			
Receita (Nota 16)		669.084	531.048
Custo das vendas (Nota 18)		(487.235)	(384.527)
Lucro bruto		181.849	146.521
Despesas com vendas (Nota 18)		(113.136)	(98.940)
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)		(26.588)	(22.919)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 17)		2.208	6.864
		(137.516)	(114.995)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		44.333	31.526
Despesas financeiras (Nota 19)		(15.209)	(8.773)
Receitas financeiras (Nota 19)		4.350	743
Variações monetárias e cambiais, líquidas (Nota 19)		(5.333)	1.418
Despesas financeiras, líquidas		(16.192)	(6.612)
Lucro antes do imp. de renda e da contrib. social		28.141	24.914
Imp. de renda e contrib. social do exercício (Nota 20)		(894)	(808)
Imp. de renda e contrib. social diferidos (Nota 20)		(8.289)	(21.074)
Lucro líquido do exercício		18.958	3.032
Luc. p/ação de oper. cont. atrib. aos acionistas da Cia. durante o exerc. (expresso em R\$ p/ação)		16,11	2,58

seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **(c) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diretamente pela área financeira. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011			
Emprést. e financiam. (Nota 11)	65.465	64.595	12.529
Tributos a recolher	5.126	4.278	-
Salários e encargos sociais	7.241	-	-
Outros passivos	7.778	1.004	-
Em 31 de dezembro de 2010			
Emprést. e financiam. (Nota 11)	65.424	35.048	8.561
Fornecedores	34.493	-	-
Tributos a recolher	8.445	770	-
Salários e encargos sociais	6.644	-	-
Outros passivos	5.981	-	-

5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2011, a estratégia da Companhia foi alterada em relação a de 2010, o índice de alavancagem financeira aumentou de 45% para 51%. O principal fator de aumento da alavancagem financeira foi o ingresso de novos empréstimos e financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos, visando aumento das operações da Companhia nos segmentos de biscoitos, bolos e massas em geral. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	2011	2010
Total dos empréstimos (Nota 11)	142.589	109.033
Moedas: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(5.460)	(2.211)
Dívida líquida	137.129	106.822
Total do patrimônio líquido	129.398	133.195
Total do capital	266.527	240.017
Índice de alavancagem financeira - %	51	45

6 Instrumentos financeiros por categoria

Empréstimos e recebíveis

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	5.460	2.211
Contas a receber de clientes (Nota 8)	69.885	59.771
Emprést. e contas a receber de partes relac. (Nota 21)	31.491	24.302
Outros ativos, líquido de antecipações	328	385
	107.164	86.669

Passivos financeiros

	2011	2010
Fornecedores	38.693	34.493
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	142.589	109.033
Outros passivos, excluindo obrigações legais	8.782	5.981
	190.064	149.507

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Recursos em banco e em caixa	3.593	1.893
Depósitos bancários de curto prazo (i)	1.867	318
	5.460	2.211

(i) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários, em instituições financeiras de primeira linha, com vencimento de curto prazo de, no máximo, três meses a contar da data de aquisição. Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o caixa, os equivalentes de caixa incluem as contas garantidas como abaixo:

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	5.460	2.211
Contas garantidas (Nota 11)	(13.500)	(11.353)
	(8.040)	(9.142)

10 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 1º de janeiro de 2010									
Saldo inicial	17.637	50.055	44.256	5.830	636	1.551	119.965	4.979	124.944
Aquisição	5.388	53	2.025	928	67	135	8.596	42.756	51.352
Alienação	-	-	-	(43)	-	(4)	(47)	(2.970)	(3.017)
Transferências	-	-	5.360	24.481	633	-	(1.078)	29.396	-
Depreciação	-	(1.035)	(4.103)	(421)	(112)	(197)	(5.868)	-	(5.868)
Saldo contábil, líquido	23.025	54.433	66.659	6.927	591	407	152.042	15.369	167.411
Em 31 de dezembro de 2010									
Custo total	23.025	63.247	115.726	9.228	2.111	2.567	216.604	15.369	231.973
Depreciação acumulada	-	(8.814)	(49.067)	(3.001)	(1.520)	(64.562)	-	-	(64.562)
Saldo contábil, líquido	23.025	54.433	66.659	6.927	591	407	152.042	15.369	167.411
Em 1º de janeiro de 2011									
Saldo inicial	23.025	54.433	66.659	6.927	591	407	152.042	15.369	167.411
Aquisição	-	309	2.877	1.611	42	140	4.979	32.772	37.751
Alienação	-	-	(221)	(122)	-	(2)	(345)	(1.867)	(2.212)
Transferências	-	555	7.446	(1.302)	8	30	6.677	(6.677)	-
Depreciação	-	(2.038)	(6.685)	(929)	(119)	(124)	(9.895)	-	(9.895)
Saldo contábil, líquido	23.025	53.259	70.076	6.185	52				



Pastifício Selmi S.A.
CNPJ: 46.025.722/0001-00



★ **continuação**

Pastifício Selmi S.A. - CNPJ nº 46.025.722/0001-00

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

amparadas pela opinião de seus consultores jurídicos e correspondem principalmente a: **(a) Tributárias:** (i) Ações envolvendo CPMF e o débito de IRPJ da empresa Pompéia Comercial Agro-Pecuária Ltda. que posteriormente foi incorporada no Pastifício Selmi S.A. referente à atuação fiscal impretada em 12 de dezembro de 1984 a cerca do excesso de royalties pagos/creditados pelo uso da marca comercial. O valor total das ações é de R\$ 1.806 (2010 - R\$ 1.772), sendo o montante de R\$ 1.775 (2010 - R\$ 1.196), líquido de depósitos judiciais. (ii) Autos de infração lavrados pela Fazenda Estadual de Londrina em 2009, 2010 e 2011, motivados pela suposta utilização do crédito de imposto em desacordo com o disposto na legislação do ICMS. O valor do auto de infração atualizado em 31 de dezembro de 2011 monta em R\$ 5.664 (2010 - R\$ 2.069). **(b) Trabalhistas e previdenciárias:** Consistem, principalmente, em reclamações de empregados pleiteando verbas indenizatórias diversas. As provisões para processos trabalhistas totalizam R\$ 8.591 (2010 - R\$ 5.679) e as previdenciárias R\$ 373 (2010 - R\$ 373). **(c) Cíveis e outras:** Correspondem substancialmente a reclamações de terceiros por perdas e danos, no montante de R\$ 1.918 (2010 - R\$ 1.044). **(d) Contingências possíveis não provisionadas no balanço:** A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Adicionalmente, a Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2011	2010
Tributárias	24.942	17.090
Trabalhistas e previdenciárias	6.611	9.732
Cíveis e outras	621	34
	<u>32.174</u>	<u>26.856</u>

(i) Tributárias - referem-se, principalmente, aos seguintes assuntos: • Autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal - SRF no montante atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 3.481 (2010 - R\$ 3.026), relacionados com a não observação do regime de competência para contabilização da correção de depósitos judiciais e do correspondente passivo, nos exercícios de 1991 a 1993. • Auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal em outubro de 2007, questionando o NCM utilizado pela Companhia na importação de pré-mistura para massas, com aplicação de multa aduaneira de controle administrativo, multa proporcional ao valor aduaneiro e multa regulamentar, cujo valor do auto de infração atualizado em 31 de dezembro de 2011 monta em R\$ 5.618 (2010 - R\$ 5.185). • Autos de infração lavrados pela Fazenda Estadual de Londrina em julho de 2008, visando compelir a Companhia ao pagamento de ICMS na forma e no prazo previsto na legislação tributária, correspondentes às importações de farinha de trigo não utilizada no processo industrial, realizadas no período de outubro de 2005 a janeiro de 2008, com desembaraço aduaneiro na Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu/PR. O valor dos autos de infração atualizados em 31 de dezembro de 2011 monta em R\$ 3.828 (2010 - R\$ 3.799). • Auto de infração lavrado pela Fazenda Estadual de Londrina em 2009 e 2010, motivado pela suposta apropriação indevida de créditos sobre aquisições de mercadorias no percentual equivalente às saídas em transferências para outros estabelecimentos da Companhia sem destaque do imposto referente ao período de dezembro de 2004 a dezembro de 2009. O valor dos autos de infração atualizados em 31 de dezembro de 2011 monta em R\$ 11.361 (2010 - R\$ 4.970). • Auto de infração lavrado pela Fazenda Estadual de São Paulo em 2010, motivado pelo recebimento de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal hábil, em virtude da empresa que forneceu mercadorias para a companhia estar inabilitada perante a Fazenda Estadual. O valor dos autos de infração atualizados em 31 de dezembro de 2011 monta em R\$ 545. (ii) Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados pleiteando verbas indenizatórias diversas. (iii) Cíveis e outras - correspondem, substancialmente, a reclamações de terceiros por perdas e danos.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores de compensação são os seguintes:

	2011	2010
Ativo de imposto diferido		
A ser recuperado após 12 meses	5.889	13.924
A ser recuperado em até 12 meses	9.659	9.550
	<u>15.548</u>	<u>23.474</u>
Passivo de imposto diferido		
A ser tributado após 12 meses	(23.698)	(23.543)
A ser tributado em até 12 meses	(996)	(790)
	<u>(24.694)</u>	<u>(24.333)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos	<u>(9.146)</u>	<u>(859)</u>

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2011	2010
Em 1º de janeiro	(859)	20.215
Reversão sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(671)	(7.918)
Utilização do benefício fiscal decorrente da empresa incorporada	(7.991)	(12.279)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	960	790
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	1.642	(94)
Provisão para devedores duvidosos	53	(221)
Provisão de comissões	94	(17)
Provisão para participação nos resultados	3	55
Provisão para perdas com ICMS	(1.228)	(254)
Depreciação (diferença decorrente da revisão das vidas úteis do imobilizado)	(1.114)	(1.200)
Outros	(35)	64
Em 31 de dezembro	<u>(9.146)</u>	<u>(859)</u>

As projeções realizadas pela Companhia, suporte para a contabilização dos tributos diferidos, consideram os lucros tributáveis projetados para os próximos três anos. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais diferidos não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. Em 2 de fevereiro de 2007, a Companhia incorporou o acervo líquido contábil da Diretriz Holding Participações S.A. ("Diretriz"), nos termos do protocolo de incorporação aprovado pelos acionistas, tendo como data-base da incorporação às demonstrações financeiras de 2 de janeiro de 2007. Tal acervo incluía ágio sobre o investimento, antes registrado na Diretriz Holding S.A., cujo valor líquido remanescente correspondente ao benefício fiscal decorrente da incorporação está apresentado, em 31 de dezembro de 2010, nas rubricas de imposto de renda e contribuição social diferidos no Realizável a longo prazo no montante de R\$ 4.661. O valor foi integralmente realizado no exercício de 2011. O passivo de imposto de renda diferido reconhecido em 2011 no montante de R\$ 24.694 (2010 - R\$ 24.333), refere-se, principalmente, ao efeito tributário do ganho do custo atribuído ainda não realizado pela Companhia (*deemed cost*) no montante de R\$ 62.208 (2010 - R\$ 65.031).

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social: O capital social está dividido em 1.177.016 ações ordinárias nominativas, totalmente subscrito e integralizado, sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionista	Quantidade de ações
Paradela Participações S.A.	359.964
Selpar Participações S.A.	359.963
Ricardo de Oliveira Selmi	262.941
Ziguratte Participações Ltda.	194.148
	<u>1.177.016</u>

(b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio: O estatuto social assegura aos acionistas, o direito a dividendo mínimo de 5% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. A administração da Companhia aprovou, "ad referendum" da AGO, a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório de R\$ 5.500. Em 31 de dezembro de 2011, "ad referendum" da AGO, a administração decidiu destinar a parcela remanescente do lucro do exercício para Reserva especial de lucros, constituída nos termos dos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, parcela esta que será distribuída aos acionistas de acordo com o fluxo de caixa da Companhia. Durante o exercício de 2011, o saldo da Reserva especial de lucros existente em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 2.885, foi integralmente distribuído aos acionistas da Companhia.

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	18.958	3.032
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	1.864	1.533
Reversão (constituição) de reservas		
Legal	(948)	(152)
Especial de lucros do exercício	(4)	(2.885)
Juros sobre capital próprio	(5.500)	-
Especial de lucros do exercício anterior	2.885	8.272
Base de cálculo dos dividendos	<u>17.255</u>	<u>9.800</u>
Dividendos propostos		
Do exercício	14.370	1.528
De exercícios anteriores	2.885	8.272
	<u>17.255</u>	<u>9.800</u>
Porcentagem dos dividendos sobre o lucro líquido do exercício	<u>91,00%</u>	<u>323,22%</u>

15 Lucros acumulados

Em 1º de janeiro de 2010		
Lucro do exercício		3.032
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		1.533
Transferência para reserva legal		(152)
Transferência para reserva especial de lucros		(2.885)
Dividendos pagos antecipadamente		(1.528)
Em 31 de dezembro de 2010		<u>-</u>
Em 1º de janeiro de 2011		
Lucro do exercício		18.958
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		1.864
Transferência para reserva legal		(948)
Transferência para reserva especial de lucros		(4)
Juros sobre capital próprio		(5.500)
Dividendos pagos antecipadamente		(14.370)
Em 31 de dezembro de 2011		<u>-</u>

16 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2011	2010
Receita bruta de venda e revenda de produtos	765.274	616.223
Deduções de vendas (impostos, devoluções e descontos)	(96.190)	(85.175)
Receita líquida	<u>669.084</u>	<u>531.048</u>

17 Outras receitas operacionais, líquidas

	2011	2010
Constituição de provisão para perdas de créditos tributários	2.051	678
Outras receitas - venda de sucata	868	509
Recuperação de despesas	863	1.210
Perda na venda de ativo imobilizado	84	33
Doações recebidas - aquisição de terreno	4.434	-
Outras despesas	(540)	-
Provisão para <i>impairment</i> de empréstimo a parte relacionada	(1.118)	-
	<u>2.208</u>	<u>6.864</u>

18 Despesas por natureza:

	2011	2010
Custo das vendas		
Matéria-prima aplicada	197.191	165.485
Custo de revenda	218.991	164.268
Gastos gerais de fabricação	36.172	25.987
Salários e ordenados	26.942	23.590
Depreciação	7.939	5.197
	<u>487.235</u>	<u>384.527</u>

Despesas com vendas, gerais e administrativas		
Serviços profissionais prestados por terceiros	48.493	40.644
Despesas com fretes	29.502	22.276
Salários e ordenados	23.203	22.209
Tablóides	10.456	10.968
Despesas tributárias (autuações fiscais, multas e juros de mora)	5.711	9.244
Despesas com funcionários (PAT, transporte e reclamações trabalhistas)	6.735	4.080
Despesas com veículos (combustível, manutenção e multas)	3.331	2.778
Despesas com viagens	2.239	2.957
Depreciação	1.956	671
Despesas com aluguel	1.527	450
Serviços de telecomunicação	1.396	1.331
Outras despesas operacionais	5.175	4.251
	<u>139.724</u>	<u>121.859</u>
Custo das vendas, despesas com vendas, gerais e administrativas	<u>626.959</u>	<u>506.386</u>

19 Receitas e despesas financeiras

	2011	2010
Despesas financeiras		
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1.533)	(337)
Taxas e comissões bancárias	(1.047)	(1.435)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.629)	(7.001)
Total das despesas financeiras	<u>(15.209)</u>	<u>(8.773)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos e aplicações financeiras	81	34
Juros recebidos de mútuo com empresas relacionadas	2.289	90
Descontos obtidos	1.315	343
Juros ativos	665	276
Total das receitas financeiras	<u>4.350</u>	<u>743</u>
Variação cambial		
Variações cambiais ativas	14.203	7.349
Variações cambiais passivas	(19.536)	(5.931)
Variação cambial, líquida	<u>(5.333)</u>	<u>1.418</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(16.192)</u>	<u>(6.612)</u>

20 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	2011	2010
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(894)	(808)
Total do imposto corrente	<u>(894)</u>	<u>(808)</u>
Imposto diferido		
Reversão de imposto diferido sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado	(8.289)	(21.074)
Total do imposto diferido	<u>(8.289)</u>	<u>(21.074)</u>
Despesa de imposto de renda	<u>(9.183)</u>	<u>(21.882)</u>

O imposto sobre o lucro da Companhia difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros da entidade, como segue:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.141	24.914
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social - 34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	9.568	8.471
Efeito da exclusão pela reversão da provisão de perdas do ágio - benefício da incorporação	-	(5.717)
Imposto de renda e contribuição social diferidos gerados em anos anteriores e contabilizados (revertidos) no exercício (i)	-	20.197
Juros sobre capital próprio	(1.870)	-
Diferenças permanentes	1.110	(1.069)
Outros	375	-
Encargo (benefício) fiscal	9.183	21.882

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia optou, com base no resultado de fiscalização da Receita Federal e na opinião de seus assessores jurídicos, por reverter parte do benefício fiscal oriundo da incorporação mencionada na Nota 13.

21 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram realizadas com partes relacionadas:

(a) Compras de serviços	2011	2010
Serviços de frete	1.288	674
(b) Empréstimos a parte relacionada: A movimentação do saldo de empréstimos está demonstrada a seguir:		
	2011	2010

Em 1º de janeiro	24.302	1.681
Juros apropriados	1.893	91
Recebimento de empréstimos	(200)	(1.391)
Concessão de novos empréstimos (i)	6.614	23.921
Constituição de provisão para <i>impairment</i> de empréstimo a parte relacionada	(1.118)	-
Em 31 de dezembro	<u>31.491</u>	<u>24.302</u>

Circulante	(14.689)	(24.302)
Não circulante	16.802	-
(i) No exercício de 2011 foram concedidos novos empréstimos (mútuos) aos acionistas e demais partes relacionadas da Companhia, cuja composição está demonstrada a seguir:		
	Valor do principal	

Selpar Participações S.A.	3.211
Ricardo Oliveira Selmi	2.346
Ziguratte Participações Ltda.	559
Velame Participações Ltda.	498
	<u>6.614</u>

Sobre os saldos de mútuo incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação do CDI. **(c) Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração paga e a pagar por serviços prestados pelo pessoal-chave da administração, incluindo pró-labore, salários e encargos foi de R\$ 1.235 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$ 1.139).

22 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes consideráveis suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e a orientação de consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramo	Importância segurada
Incêndio de bens do ativo imobilizado	94.000
Responsabilidade civil	1.000
Danos elétricos	500
Roubo e furto	50
Equipamentos estacionários - sem roubo	8.000
Equipamentos móveis - sem roubo	300
Equipamentos eletrônicos	300
Equipamentos portáteis território mundial	10
Lucros cessantes	15.000
Casos fortuitos (vendaval, furacão, cyclone, tornado, etc.)	20.000

Diretoria	Belarmino da Ascensão Marta Júnior	Alessandro Russano Pinto	Glória Aparecida Rosa
Ricardo Oliveira Selmi Diretor Presidente	Diretor Financeiro	Controller	Contadora - CRC 1SP217.753/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção

relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Pastifício Selmi S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 25 de abril de 2012

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Colombari
Contador CRC 1SP195838/O-3